

O que é a Rede Eurydice?

A Rede Eurydice tem como objetivo analisar e explicar a organização e o funcionamento dos diferentes sistemas educativos europeus. A Rede apresenta descrições dos sistemas educativos nacionais, estudos comparativos sobre temas específicos, indicadores e dados estatísticos. Todas as publicações da Rede Eurydice são disponibilizadas de forma gratuita no sítio oficial da Rede ou em formato impresso mediante pedido. Através da sua atuação, a Rede Eurydice pretende promover a compreensão, a cooperação, a confiança e a mobilidade aos níveis europeu e internacional. A Rede é constituída por unidades nacionais localizadas em países europeus e é coordenada pela Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura da União Europeia. Todas as publicações da Rede Eurydice estão disponíveis gratuitamente no sítio de Internet da Unidade ou em exemplares impressos mediante pedido. Para mais informações sobre a Rede Eurydice, ver <http://ec.europa.eu/eurydice>

O relatório integral

As Línguas no Ensino Secundário: panorâmica dos exames nacionais na Europa – 2014/15

está disponível em inglês e português no sítio de Internet da Eurydice e da DGEEC

<http://ec.europa.eu/eurydice>

<http://www.dgeec.mec.pt>

Exemplares impressos do relatório podem ser solicitados para o seguinte endereço eletrónico:

eurydice@dgeec.mec.pt

Contacto em Portugal:

eurydice@dgeec.mec.pt e

213949314

Destaques Eurydice

As Línguas no Ensino Secundário: panorâmica dos exames nacionais na Europa – 2014/15



As Línguas No Ensino Secundário

Panorâmica dos Exames Nacionais
na Europa
2014/15

Relatório Eurydice



Os exames nacionais em línguas estrangeiras nas escolas existem há muito tempo? Qual é a finalidade destes exames? Quantas línguas são abrangidas? Quais são as línguas e as competências frequentemente avaliadas? São estas as questões chave em foco no novo relatório Eurydice sobre as línguas.

A diversidade linguística e cultural na Europa incita à promoção da aprendizagem de línguas não só a nível das escolas como também além destas. Esta questão é importante não apenas porque contribui para salvaguardar o património cultural da Europa, mas igualmente porque as competências linguísticas são uma necessidade social e económica numa Europa que ambiciona

ser uma realidade viva e concreta para os seus cidadãos. Por conseguinte, a nível europeu, a aprendizagem de línguas estrangeiras na escola é reconhecida como de crucial importância, sendo fortemente encorajada.

Os resultados do primeiro inquérito europeu lançado pela Comissão Europeia sobre as competências em línguas, publicado em 2012, revelaram uma grande variedade nos níveis de proficiência linguística entre os países europeus, e evidenciaram a necessidade de manter os esforços de promoção e de melhoria do ensino e aprendizagem de línguas nas escolas. Desse modo, é essencial que as autoridades nacionais na Europa prossigam os seus esforços para melhorar o ensino e a aprendizagem de línguas. Além do mais, conforme sublinhado em 2014 pelo Conselho da União Europeia nas *Conclusões sobre o multilinguismo e o desenvolvimento de competências linguísticas* ⁽¹⁾, a avaliação das competências linguísticas é um fator chave para a eficácia do ensino e aprendizagem de línguas na escola. Neste contexto, a Comissão Europeia solicitou à Eurydice um estudo comparativo sobre os exames nacionais que visam a avaliação das competências linguísticas ⁽²⁾ dos alunos das escolas secundárias na Europa.

O relatório *As Línguas no Ensino Secundário: panorâmica dos exames nacionais na Europa* abrange os 28 Estados Membros da UE e ainda a Islândia, Lituânia, Noruega, Turquia, Montenegro e Sérvia. O ano letivo de referência é 2014/15. O presente documento oferece um instantâneo de algumas das principais conclusões deste estudo.

⁽¹⁾ http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/educ/142692.pdf

⁽²⁾ "Línguas" refere-se a todas as línguas exceto às línguas de ensino, às línguas antigas e às línguas regionais. Na maior parte dos países é usado o termo 'línguas estrangeiras' (para uma informação detalhada, consulte-se a versão completa do relatório).

Nos últimos 20 anos, os exames nacionais em línguas estrangeiras têm vindo a revestir-se de uma importância crescente na Europa

O relatório *Exames nacionais de alunos na Europa: objetivos, organização e utilização dos resultados* (Eurydice, 2009) já tinha demonstrado que os exames nacionais representavam uma forma de avaliação cada vez mais relevante a partir da década de 1990. Esta tendência também se aplica aos exames nacionais no domínio das línguas. Efetivamente, na vasta maioria dos países, este tipo de exame é relativamente recente e em muitos países só foi introduzido após 2001. Contudo, noutros países, os exames nacionais em línguas têm uma longa história, que remonta ao século dezanove.

A maioria dos exames nacionais destina-se a informar decisões acerca da progressão dos alunos

É importante sublinhar que os 'exames nacionais' se referem a testes/exames normalizados elaborados pelas autoridades públicas centrais/superiores e realizados sob a sua responsabilidade. Podem assumir formas distintas, exigindo que todos os examinandos respondam às mesmas perguntas ou a perguntas selecionadas de um banco comum de itens; e são classificados de forma normalizada ou coerente.

De facto, os exames podem ser agrupados em duas categorias principais. Os de elevado impacto para os alunos destinam-se a avaliar o seu desempenho no final do ano letivo ou de um nível de ensino, e são usados para informar decisões formais relativamente

Em virtude da complexidade da elaboração de exames em línguas, é comum os países adaptarem os exames nacionais já existentes de modo a satisfazer as necessidades atuais, geralmente através da inclusão de outras línguas, alargando o tipo de competências avaliadas e/ou aumentando o número de alunos testados. O Luxemburgo, Malta e Finlândia são exemplos de países onde o leque de línguas avaliadas foi alargado ao longo dos anos. Noutros países, como a Bulgária, os exames nacionais que inicialmente avaliavam apenas uma secção da população estudantil, têm vindo a ser gradualmente alargados de modo a incluir outros grupos.

à progressão do aluno — a quase totalidade dos países aplica este tipo de exame. Os exames de baixo impacto para os alunos são usados para avaliar o desempenho do sistema educativo no seu conjunto, das escolas e/ou dos alunos individualmente, com vista a melhorar os métodos de ensino e de aprendizagem — pouco mais de metade dos países estudados aplica este tipo de exame.

Em geral, a maior parte dos países e regiões implementa exames nacionais nos níveis secundário inferior e superior. A maioria dos exames é aplicada no final de um nível de ensino ou no final da escolaridade obrigatória.

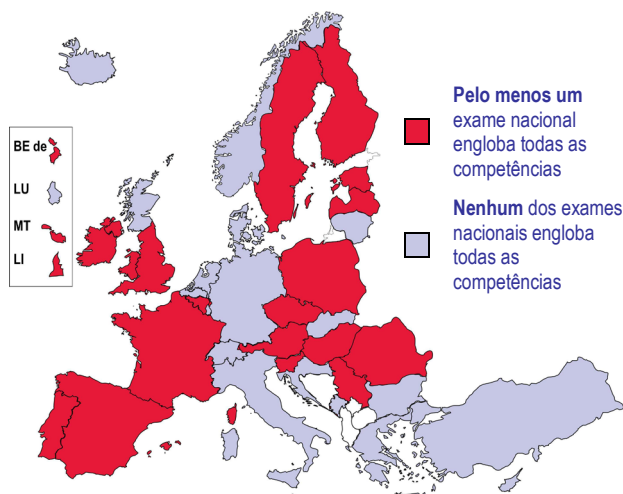
A expressão oral é a competência menos testada, enquanto a leitura é a mais frequentemente avaliada

Um dos objetivos fundamentais da aprendizagem de uma língua estrangeira é a aquisição das quatro principais competências de comunicação: compreensão do oral, expressão oral, leitura e expressão escrita. Todavia, nem todos os exames nacionais avaliam este conjunto de competências. Efetivamente, só cerca de metade dos exames nacionais em línguas cobre as quatro competências.

As diferenças mais evidentes dizem respeito às competências de expressão oral. Esta parece ser a competência menos avaliada através de exames nacionais, enquanto a leitura surge como a mais comumente avaliada. A expressão escrita e a compreensão do oral situam-se entre essas duas e são testadas com uma frequência semelhante. É provável que a complexidade da avaliação das competências de expressão oral e os elevados custos implicados justifiquem que esta competência não seja simplesmente testada ou que as provas orais sejam elaboradas a nível de escola e não a nível central. Nove países (Bulgária, Dinamarca, Itália, Países Baixos, Áustria, Eslovénia, Eslováquia, Reino Unido e Noruega) aplicam um ou mais exames nacionais em

que a parte da expressão oral é elaborada localmente.

Países que aplicam pelo menos um exame nacional em línguas no nível CITE 2 ou CITE 3, englobando a leitura, expressão escrita, compreensão do oral e expressão oral, 2014/15



Fonte: Eurydice.

(3) <http://bookshop.europa.eu/en/national-testing-of-pupils-in-europe-pbEC7809995/>

A maioria dos países organiza exames nacionais que englobam mais de cinco línguas e quase todos os países desenvolvem exames nacionais em Inglês

A maioria dos países/regiões organiza exames nacionais em mais de cinco línguas e alguns deles, como a Irlanda, França, Reino Unido (Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte) e Noruega têm exames nacionais num extenso número de línguas, 23, 47, 20 e 39 respetivamente. Contudo, numa dezena de países, os exames nacionais só avaliam uma língua que, na maioria das vezes, é o Inglês.

O Inglês é, de facto, a língua mais comumente testada no ensino secundário inferior e superior e quase todos os países/regiões aplicam exames nacionais em Inglês. Esta situação reflete o estatuto especial que a língua inglesa ocupa nos programas de estudo nas escolas e a nível nacional; é, de longe, a língua estrangeira mais aprendida. Em alguns casos, trata-se inclusivamente uma disciplina obrigatória. As competências dos alunos noutras línguas estrangeiras comumente aprendidas – Francês, Alemão, Espanhol, Italiano e Russo – são igualmente avaliadas através de exames nacionais.

Além disso, é interessante observar que, por razões políticas, históricas e/ou geográficas, determinados países desenvolveram exames em algumas línguas menos aprendidas. Por exemplo, a Polónia e a Noruega aplicam exames nacionais que avaliam as línguas nacionais dos países vizinhos (Ucraniano e Finlandês, respetivamente). Não surpreende que em países do leste europeu existam mais exames nacionais destinados a testar o Russo, enquanto nos países do sul da Europa os exames nacionais de Espanhol e Italiano são mais comuns. Alguns países também desenvolvem exames para as línguas das comunidades imigrantes recentes ou de longa data. É o caso dos Países Baixos com os exames de Turco e Árabe, o Reino Unido com os exames de Cantonês, Bengali e Urdu, e a Noruega com a avaliação de Somali e Urdu.

Os países desenvolvem meios distintos para assegurar procedimentos de classificação de exames coerentes e fiáveis

À semelhança de qualquer outro exame, também os exames nacionais em línguas devem ter em conta o importante desafio de assegurar a sua fiabilidade. Neste sentido, devem ser considerados alguns fatores relevantes, como o desenvolvimento de perguntas e de exercícios e as condições de administração dos exames. Os procedimentos de classificação são um fator chave para garantir resultados coerentes e comparáveis nos exames. É particularmente relevante a identificação dos responsáveis pela correção dos exames.

De facto, os exames nacionais podem ser classificados interna ou externamente. A classificação é considerada interna quando é efetuada por professores ao serviço da escola onde os exames são aplicados; é considerada externa quando é feita por

professores ou outro pessoal fora da escola em questão ou quando é realizada através de leitura ótica. Em alguns países, a classificação externa implica que uma parte/a totalidade dos exames sejam corrigidos eletronicamente. No geral, deve ressaltar-se que os exames que produzem impacto na progressão dos alunos são predominantemente corrigidos por via externa, assim como os exames que visam monitorizar o sistema educativo no seu conjunto. No entanto, os exames que visam informar sobre melhorias no ensino e na aprendizagem a nível da escola são geralmente corrigidos internamente.

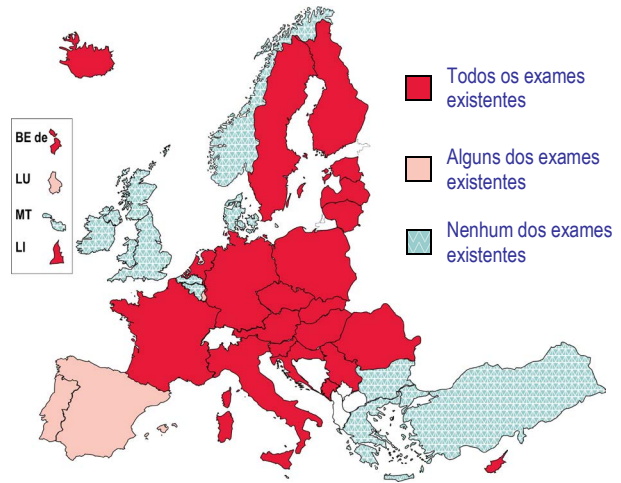
Atualmente, a maioria dos países com exames nacionais em línguas dispõe de sistemas que asseguram a fiabilidade dos procedimentos de classificação.

O Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas influenciou largamente o desenvolvimento dos exames nacionais em línguas

O Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECL) foi concebido para 'fornecer uma base transparente, coerente e abrangente para a elaboração de programas de línguas e orientações curriculares, a conceção de materiais de ensino e aprendizagem e avaliação da proficiência em línguas estrangeiras'. Desde a sua criação, em 2001, pelo Conselho da Europa, o QECL tem vindo a influenciar largamente o desenvolvimento dos exames nacionais em línguas. Efetivamente, na maioria dos países, todos os exames nacionais estão agora ligados à escala do QECL⁽⁴⁾. No ensino secundário inferior, A2 e B1 são os níveis mais elevados testados na maioria dos exames nacionais. No nível secundário superior, a maior parte dos exames nacionais não ultrapassam o nível B2.

⁽⁴⁾ O QECL define seis níveis de proficiência: utilizador básico (A1 e A2), utilizador independente (B1 e B2) e utilizador proficiente (C1 e C2).

Exames nacionais ligados aos níveis do QECL, CITE 2 e 3, 2014/15



Fonte: Eurydice.

O relatório completo

As Línguas no Ensino Secundário: panorâmica dos exames nacionais na Europa – 2014/15

está disponível em Inglês e Português no sítio de Internet da Eurydice e da DGEEC:

<http://ec.europa.eu/eurydice> e <http://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/192.html>

Ver também:

Números-Chave sobre o Ensino das Línguas nas Escolas da Europa (Eurydice/Eurostat, 2012)



Exames nacionais de alunos na Europa: objetivos, organização e utilização dos resultados (Eurydice, 2009)

